



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 19/2024, em que é recorrente **João da Cruz Lima Pires** e entidade recorrida o **Tribunal da Relação de Barlavento**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 47/2024

(Autos de Amparo 19/2024, João da Cruz Lima Pires v. TRB, Aperfeiçoamento por deficiência estrutural da peça, consubstanciada na não-inclusão de conclusões, por falta de junção de documentos e por imprecisão na identificação das condutas cujo escrutínio requer)

I. Relatório

1. O Senhor João da Cruz Lima Pires interpôs recurso de amparo, impugnando o Acórdão 71/2023-24 do Tribunal da Relação de Barlavento (TRB), apresentando para tal os argumentos que abaixo se sumariza da seguinte forma:

1.1. Por sentença do Tribunal Judicial da Comarca do Porto Novo, no âmbito do Processo Crime Especial Abreviado n.º 186/2019-20, foi condenado numa pena de 2 (dois) anos de prisão efetiva, pela prática de um crime de violência baseada no género, previsto e punível pelo artigo 23, número 1, por referência aos artigos 2º e 3º, alínea c, i, ii, iii, todos da Lei n.º 84/VII/2011, de 10 de janeiro.

1.2. O Ministério Público teria encerrado a instrução e deduzido a acusação imputando-lhe a prática de um crime de violência baseada no género agravado previsto e punível pelo artigo 23, número 1, por referência aos artigos 2º e 3º, alínea c, i, e ii, todos da Lei n.º 84/VII/2011, de 10 de janeiro, ou seja, violência física e psicológica;

1.3. Na audiência de discussão e julgamento foram analisados, discutidos e provados, factos de natureza física e psicológica:

1.4. Na parte do dispositivo da sentença do tribunal *a quo*, a fls. 52, página 11, este acabou por condená-lo na pena de dois anos de prisão efetiva pela prática em autoria material e de forma consumada de um crime de violência baseada no género agravado.

1.4.1. Além disso, na mesma sentença, foi também condenado por violência sexual, aparentemente, por o artigo 3º da Lei n.º 84/VII/2011, de 10 de janeiro, definir violência sexual como “qualquer conduta praticada para a libertação ou satisfação do instinto sexual, envolvendo ameaça, intimidação, coação, fraude, colocação deliberada da vítima em situação de inconsciência ou impossibilidade de resistir, agressão física, chantagem, compreendendo não só o acto sexual de penetração, mas também quaisquer outras formas de contacto sexual, limitando ou anulando o exercício dos seus direitos sexuais e reprodutivos”;

1.4.2. O que lhe teria causado estupefação e revol[t]a, tendo em conta que na acusação, e em sede de audiência de discussão e julgamento não se teria alegado nem provado que o mesmo teria praticado quaisquer factos de natureza sexual contra a ofendida;

1.4.3. Não se teria, durante a audiência de discussão e julgamento, aventado ou procedido licitamente à alteração dos factos e da sua qualificação jurídica, ou mesmo à sua convalidação, nem teriam os sujeitos processuais adotado os procedimentos previstos nos artigos 396 e 396-A do Código de Processo Penal (CPP), como se pode aferir da acta da audiência;

1.4.4. Tão pouco lhe teria sido dada a oportunidade de se posicionar e de se defender em relação a tais factos, pelos quais viria também a ser condenado.

1.5. Alega que ao deduzir-se a acusação está-se a delimitar e definir o âmbito de conhecimento e decisão do juiz e a dar a conhecer ao arguido os factos que lhe são imputados e dos quais tem que se defender, sendo nesta fase que bem se evidencia o denominado efeito da vinculação temática que integra os princípios da identidade (segundo o qual o objeto do processo se deveria manter o mesmo da acusação ao trânsito em julgado da sentença), da unidade (segundo o qual o processo deveria ser conhecido e

julgado na sua totalidade) e da consunção (segundo o qual o processo se consideraria irrepetivelmente decidido).

1.5.1. Que a sentença da primeira instância não teria respeitado o estabelecido nos artigos 403, número 1, alínea c, números 2 e 3, alínea a), do CPP, e que teria sido “condenado por factos e disposições legais que não constavam da acusação e que não teriam sido provad[o]s e discutid[o]s em sede de audiência de discussão e julgamento, o que resultaria na violação de um conjunto de direitos e princípios”;

1.5.2. Designadamente, os direitos à liberdade, à presunção de inocência, de defesa e ao contraditório, previstos nos artigos 22, número 3, 35, número 1, *in fine*, e 6 e 7 da Constituição da República de Cabo Verde, e artigos 1º e 3º número 1 e 5 do CPP, assim como os princípios da legalidade, da acusação e da oralidade;

1.5.3. O que levaria à conclusão de que as decisões do Tribunal da primeira instância e da Relação de Barlavento seriam injustas, ilegais e inconstitucionais.

1.6. Termina requerendo que o presente recurso seja considerado procedente por provado e em consequência lhe seja concedido amparo aos seus direitos à liberdade, de defesa, ao contraditório e à garantia da presunção de inocência, alegadamente violados pelo acórdão recorrido, declarando-se ainda a ilegalidade da pena de prisão.

1.7. Além disso, pede que o Tribunal adote medida provisória de notificação ao órgão recorrido para que não proceda a emissão de mandado de captura do recorrente para o cumprimento da pena de prisão efetiva a que foi condenado, como medida de conservação do seu direito pelo período necessário a que o amparo seja apreciado no mérito e o processo siga a sua tramitação normal.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para a emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito S. Excia. o Senhor Procurador-Geral da República, que articulou os seguintes argumentos:

2.1. O recorrente estaria provido de legitimidade e teriam sido esgotados todos os meios ordinários de defesa de direitos, liberdades e garantias, estabelecidos pela respetiva lei do processo;

2.2. Não teria sido juntado aos autos qualquer elemento que lhe permitisse aferir a tempestividade do recurso;

2.3. Parecer-lhe-ia não estarem integralmente preenchidos os pressupostos de admissibilidade. Porque,

2.3.1. Não obstante o recorrente indicar quais os direitos, liberdades e garantias que considera terem sido violados no acórdão ora em escrutínio, não teria concretizado essa violação na fundamentação de modo a demonstrar de que modo a decisão vertida no acórdão recorrido teria violado aqueles direitos;

2.3.2. Da mesma forma, não teria formulado no seu recurso as conclusões, como lhe competia;

2.4. Afigurar-se-lhe-ia que manifestamente não teria ocorrido qualquer violação dos direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo; pois que,

2.4.1. A indignação do recorrente, segundo revela, decorreria do facto de a sentença do tribunal da primeira instância o ter condenado pela prática de um crime de violência baseada no género (VBG) e também por atos de violência sexual, quando não tinha sido acusado daquele crime;

2.4.2. Inconformado com a sentença teria apresentado recurso para o Tribunal da Relação de Barlavento, alegando que não deveria ter sido condenado pela prática de um crime pelo qual não havia sido acusado e nem julgado;

2.4.3. Tendo apreciado a fundamentação do recorrente o Tribunal da Relação entendeu que as suas alegações procederiam e, julgando tratar-se de um erro material evidente, corrigiu essa parte da sentença, suprimindo-a da condenação;

2.5. Por isso seria de parecer que face aos fundamentos aduzidos, o recurso de amparo constitucional interposto não cumpriria com os requisitos exigidos na Lei de Amparo, devendo ser liminarmente rejeitado, ao abrigo do disposto no artigo 16 da mesma lei.

3. Marcada a sessão de julgamento para o dia 31 de maio, nessa data se realizou com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I

Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma

categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional

que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”.

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição,

como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo, ela própria, eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na situação vertente, pode-se dizer que, no geral, o recorrente, além de ter apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, incluiu uma exposição das razões de facto que a fundamentam. No entanto, não integrou um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos, tal como exigido pela alínea e) do número 1 do artigo 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*.

3. É notório que o recurso de amparo não foi correta e integralmente instruído nos termos da lei, pois que, além das falhas acima referidas, o recorrente não juntou aos autos a certidão nem qualquer outro documento que permitisse confirmar a data em que foi notificado do acórdão recorrido, não sendo por isso possível averiguar se teria sido

observado o pressuposto da tempestividade. Também não carrou para o processo o requerimento do recurso dirigido ao Tribunal da Relação de Barlavento.

3.1. A Lei do Amparo e do *Habeas Data* é autossuficiente nesta matéria, cabendo, à luz do artigo 8, número 3, ao recorrente obter e juntar os documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido. Sob pena de inadmissão do recurso deverá fazê-lo com a petição inicial ou instado por acórdão de aperfeiçoamento do Tribunal Constitucional até ao prazo previsto pela própria lei.

3.1.1. Por não ter carreado para os autos documentos que possibilitam atestar a data da notificação da decisão prolatada pelo tribunal recorrido, nomeadamente o que contém a notificação da decisão do Tribunal da Relação de Barlavento que negou provimento ao seu recurso, o apuramento da tempestividade do recurso junto ao Tribunal Constitucional fica inviabilizado. É que o recorrente além de não fazer qualquer referência na sua petição à data em que foi notificado do acórdão recorrido, também não apresenta nenhum documento através do qual se pudesse atestar a referida data. Assim como também não integrou na sua petição inicial as conclusões do seu recurso.

3.1.2. O recorrente tem um prazo judicial de vinte dias para interpor um recurso de amparo, o qual registe-se, não sobe nos autos. Logo, possui tempo suficiente para requerer a certidão de todo o processado caso entenda conter elementos que o Tribunal Constitucional deva considerar ou para juntar toda a documentação que entender necessária para efeitos de apreciação do amparo. Sendo ele o principal interessado na obtenção da tutela não caberá certamente a este Tribunal fazê-lo em seu nome, sobretudo considerando que, na maior parte dos casos, são documentos que tem ou deveria ter na sua posse;

3.1.3. E, com efeito, a não junção de documentos pertinentes à aferição de admissibilidade, além de dificultar um pronunciamento informado do Ministério Público a esse respeito, priva o Tribunal Constitucional de aceder a elementos indispensáveis para promover esse juízo, nomeadamente porque não se trata de recurso que suba nos autos. Por essa razão, integram o recurso de amparo todos os documentos necessários à aferição de admissibilidade, de tal sorte que ele seja autossuficiente no sentido de o Tribunal Constitucional poder decidir sobre a admissibilidade com base exclusiva naquilo que for

autuado. Ademais, o recurso de amparo é um recurso célere, que não se compadece com a necessidade sistemática de esta Corte requisitar autos ou certidões de peças processuais aos tribunais judiciais, perdendo tempo e onerando desnecessariamente esses órgãos de soberania, para obter peças que já estão na posse dos recorrentes, os principais interessados, e que devem obrigatoriamente acompanhá-lo. Por conseguinte, quem deve carrear para os autos as peças que sejam necessárias à aferição de admissibilidade são os próprios recorrentes, sendo exigência incontornável que, no mínimo, e desde o momento da interposição, juntem cópias das peças que protocolaram ou que lhes foram notificadas, nomeadamente, a decisão recorrida, a certidão de notificação, as decisões proferidas pelos órgãos judiciais e que contenham os atos ou omissões que julguem terem violado os seus direitos, os pedidos de reparação que tenham apresentado e o mandato forense que habilita a representação.

3.2. A peça denota igualmente deficiências ao nível da definição das condutas impugnadas. A partir da exposição de factos feita pelo recorrente na sua petição inicial (11º) consegue-se ter uma vaga ideia sobre as razões da sua inconformação. Porém, de forma necessariamente imprecisa. Destarte, seria necessário que o recorrente assumisse plenamente o seu ónus de identificar claramente os atos, factos ou omissões atribuíveis ao órgão judicial recorrido e que pretende que este Tribunal Constitucional escrutine, nomeadamente identificando-os de forma visível e destacada nas conclusões que deverá apresentar.

4. Inexistindo condições para a aferição da admissibilidade do pedido em função das deficiências formais, de construção da peça e de junção de documentos, para que a instância prossiga, torna-se indispensável determinar o aperfeiçoamento da peça no sentido de o recorrente, por um lado, integrar de forma destacada na sua peça, uma parte onde formule as conclusões, nas quais resuma por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, identifique com o máximo de precisão a(s) conduta(s) que pretende que o Tribunal escrutine e indique o(s) amparo(s) específico(s) que pretende obter para a reparação dos direitos que entende terem sido vulnerados e, do outro, junte todos os documentos necessários à verificação da presença dos pressupostos de admissibilidade do recurso de amparo, nomeadamente, o requerimento de recurso interposto junto ao Tribunal da Relação de Barlavento e o documento que atesta a data da notificação da decisão proferida por esse Tribunal.

III. Decisão

Pelo exposto, nos termos do artigo 17, parágrafo primeiro, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os Juízes-Conselheiros do Tribunal Constitucional decidem determinar a notificação do recorrente para, sem a necessidade de reproduzir toda a peça, suprir as deficiências indicadas:

- a) Apresentando conclusões;
- b) Juntando aos autos a certidão de notificação ou outro documento que ateste a data da notificação do acórdão recorrido;
- c) Identificando com a máxima precisão a(s) conduta(s) que pretende que o Tribunal Constitucional escrutine e indicando o(s) amparo(s) específico(s) que pretende obter para a reparação dos direitos considerados vulnerados.

Registe, notifique e publique.

Praia, 03 de junho de 2024

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 03 de junho de 2024.

O Secretário,

João Borges